



**OS ACHADOS FENOMENOLÓGICOS DA TEORIA DO
CONHECIMENTO:
os cinco problemas fundamentais da Gnosiologia**

**THE PHENOMENOLOGICAL FINDINGS OF THE THEORY OF
KNOWLEDGE:
the five fundamental problems of Gnosiology**

Caio Vinicius Fernandes¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os cinco problemas principais contidos nos achados fenomenológicos da teoria do conhecimento, segundo Johannes Hessen (1889-1971): a questão da *possibilidade*, da *origem*, da *essência* e dos *tipos* de conhecimento humano, além da questão do *critério de verdade*. Para o filósofo e teólogo alemão, a gnosiologia, em última instância, nada mais é do que a ciência que investiga essas cinco questões a partir de um método específico: o fenomenológico, que busca compreender a essência geral do fenômeno do conhecimento, permitindo ao sujeito cognoscente estabelecer-se no lugar que lhe é devido em sua relação com o objeto cognoscível.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento. Método fenomenológico. Essência do conhecimento. Verdade.

Abstract: This article aims to present the five main problems contained in the phenomenological findings of knowledge theory, according to Johannes Hessen (1889-1971): the question of *possibility*, *origin*, *essence* and *types* of human knowledge, beyond the question of the *criterion of truth*. For the German philosopher and theologian, gnosiology is ultimately nothing more than the science that investigates these five questions from a specific method: the phenomenological, which seeks to understand the general essence of the phenomenon of knowledge, allowing the cognoscent subject to establish himself in his rightful place in relation to the knowable object.

Key words: Knowledge Theory. Phenomenological method. Essence of knowledge. True.

¹ Aluno do V Período do curso eclesiástico de bacharelado em Filosofia do Instituto Filosófico São José do Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores da Diocese da Campanha – MG.
E-mail: caiofernandes0823@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O problema gnosiológico perpassa a história da humanidade, encontrando em cada estágio do desenvolvimento da reflexão filosófica uma resposta diferente. Desde a teoria platônica das Ideias, passando pela questão escolástica dos universais ou pelo problema do inatismo cartesiano e do apriorismo de Kant, a Teoria do Conhecimento representa um desafio constante à razão humana, que busca conhecer-se a si mesma.

A questão fundamental no tocante ao conhecimento enquanto atividade racional e inerente ao ser humano é estudada tanto pela lógica² quanto pela gnosiologia. Aquela busca reconhecer e estabelecer as leis do pensamento correto; esta, por outro lado, tenta identificar a origem, a estruturação e o valor do mesmo, bem como as formas de se conhecer (HESSEN, 2003, p. 13). O homem é um ser dotado de *λόγος*: essa é a marca designativa que o diferencia dos outros animais. Por isso, ele, o homem, tende, necessariamente, ao conhecimento, a descobrir o porquê das coisas e da realidade à sua volta. De forma exaustiva, profunda e de conjunto, o *homo sapiens sapiens* tenta explicar, racionalmente, aquilo que a ele se apresenta. Mas como ele o faz? Por quais meios ele chega até essa explicação? Qual o vocabulário que ele emprega para expressar essas descobertas? De qual aparato biológico, histórico e intelectual ele se vale para justificar e basear suas proposições?

Para o filósofo alemão Johannes Hessen (1889-1971)³, essas respostas só podem ser dadas pela Teoria do Conhecimento, que é “uma teoria, isto é, uma interpretação e uma explicação filosóficas do conhecimento humano” (HESSEN, 2003, p. 19). Tendo suas origens epistemológicas na Antiguidade, “é só na Idade Moderna que a teoria do conhecimento aparece como disciplina independente. O filósofo inglês John Locke⁴ deve ser considerado seu fundador” (HESSEN, 2003, p. 14).

² Podemos dizer que a lógica é o campo do saber filosófico que avalia a preponderância entre os raciocínios e os argumentos e, a partir disso, estabelece a relação entre aquilo que se conhece e aquilo que se conclui. O objetivo desse instrumento da filosofia, muito mais que atestar a veracidade de uma proposição, é, sobretudo, estudar as condições mais essenciais para se constituir o conhecimento e fixar certas operações que auxiliarão no funcionamento assertivo do mesmo (ABBAGNANO, 2012, p.722-727).

³ Johannes Hessen nasceu em Lobberich, Alemanha, em 14 de setembro de 1889. Foi sacerdote agostiniano, doutor em teologia e filosofia, com especialização em Santo Agostinho e Immanuel Kant. Em 1989, o Papa Paulo VI, por ocasião do 80º aniversário do filósofo, nomeou-o “Prelado Papal Honorário”, título de grande honra pontifícia. Professor, Hessen publicou várias obras, todas com enorme qualidade escriturística, expressão de uma vida docente ativa e competente. O filósofo morreu aos 81 anos de idade, dias antes de completar mais um ano de vida, aos dois dias de setembro de 1971 (JOHANNES, 2004).

⁴ John Locke nasceu em 1632, na Inglaterra. Filho de pais abastados, recebeu uma sólida formação intelectual. Estudou em Londres e em Oxford. É conhecido tanto pela sua abordagem empírica do fenômeno do conhecimento quanto pelos seus tratados políticos. Por esse motivo, ele é, com mérito, chamado de “pai do empirismo britânico”. Locke acreditava que todo conhecimento provém da experiência, assim “a mente humana,

Hessen entende que a Teoria do Conhecimento procede segundo o método fenomenológico, que é distinto do método psicológico. Este “investiga os processos mentais concretos em seu curso regular e em suas relações com outros processos” (HESSEN, 2003, p. 19); aquele “procura apreender a *essência geral* no fenômeno do conhecimento” (HESSEN, 2003, p. 19). Isso, em última instância, significa que a gnosiologia “não procura estabelecer o que é característico de um determinado conhecimento, mas aquilo que é essencial a todo conhecimento, aquilo em que consiste a sua estrutura geral” (HESSEN, 2003, p. 19).

Destarte, é possível afirmar que o conhecimento consiste, antes de mais nada, na relação entre um sujeito que conhece e um objeto que é conhecido.

Nessa relação, sujeito e objeto permanecem eternamente separados. O dualismo do sujeito e do objeto pertence à essência do conhecimento. Ao mesmo tempo, a relação entre os dois elementos é uma *relação recíproca* (correlação). O sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito. Ambos são o que são apenas na medida em que o são um para o outro. Essa correlação, porém, não é reversível. Ser sujeito é algo completamente diverso de ser objeto. A função do sujeito é apreender o objeto; a função do objeto é ser apreensível e ser apreendido pelo sujeito. (HESSEN, 2003, p. 20).

A partir dessa relação entre sujeito e objeto e das conseqüentes afecções infligidas e recebidas reciprocamente, o filósofo apresenta cinco problemas que, segundo ele, são os principais nos achados fenomenológicos (HESSEN, 2003, p. 26). Esses problemas, essencialmente, dizem respeito à relação sujeito-objeto. O primeiro corresponde à legitimidade da apreensão do objeto pelo sujeito, isto é, à *possibilidade do conhecimento humano*; o segundo, voltado para o sujeito, questiona acerca da fonte “em que a consciência cognoscente vai buscar seus conteúdos” (HESSEN, 2003, p. 27), ou seja, questiona a *origem do conhecimento*; o terceiro, que é “o problema verdadeiramente central” (HESSEN, 2003, p. 27), busca identificar a *essência do conhecimento humano* a partir da relação efetiva entre sujeito e objeto, isto é, busca entender se o sujeito determina o objeto ou o contrário; o quarto problema diz respeito aos *tipos de conhecimento humano*; e, por fim, o quinto problema questiona a possibilidade de um conhecimento verdadeiro, ou seja, corresponde aos *critérios da verdade*.

Neste sentido, o presente texto buscará uma resposta a essas questões na obra *Teoria do Conhecimento*, de Johannes Hessen. Metodologicamente, os problemas serão tratados na

no nascimento, é como uma tela em branco, ou tábula rasa. Segundo ele, todo o conhecimento sobre o mundo só pode vir de nossa experiência, transmitido a nós pelos sentidos” (O LIVRO, 2016, p. 132).

ordem em que foram elencados a partir de uma abordagem histórico-conceitual, considerando e respeitando o intento do próprio Johannes Hessen.

2 DE UMA “VERDADE ABSOLUTA” À DEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RAZÃO

No tocante à possibilidade do conhecimento, Hessen apresenta seis tendências contidas nos achados fenomenológicos: o dogmatismo, o ceticismo, o subjetivismo e relativismo, o pragmatismo e, por fim, o criticismo.

Por *dogmatismo* entende-se a posição epistemológica segundo a qual o problema da Teoria do Conhecimento não chega a ser levantado, pois o conhecimento não chega a ser um problema, pois já é dado pelo próprio objeto. A expressão *dogma* exprime exatamente isso: doutrina estabelecida. Neste sentido, “também os valores estão, para o dogmático, pura e simplesmente aí.” (HESSEN, 2003, p. 30). Assim, pode-se falar de um dogmatismo teórico, ético e religioso. “A primeira forma de dogmatismo diz respeito ao conhecimento teórico; as duas últimas, ao conhecimento dos valores. O dogmatismo ético lida com o conhecimento moral; o religioso, com o conhecimento religioso” (HESSEN, 2003, p. 30). Portanto, para o dogmático não existe o problema gnosiológico, tendo em vista que na relação entre sujeito e objeto tudo já está estabelecido pelo objeto.

Por outro lado, o *ceticismo* é uma corrente que se torna antagônica ao dogmatismo. A palavra que dá origem ao termo é a expressão grega *sképtesthai* que significa examinar. Para o cético, o sujeito não seria capaz de apreender o objeto e, por isso, é impossível o conhecimento. “O conhecimento como apreensão efetiva do objeto seria, segundo ele, impossível. Por isso, não podemos fazer juízo algum; ao contrário, devemos nos abster de toda e qualquer formulação de juízos” (HESSEN, 2003, p. 31).

Esse é o ceticismo extremo de Pirro de Elis⁵, que acaba incorrendo em enormes contradições. Segundo ele, o contato entre sujeito e objeto não ocorre e

[...] de dois juízos contraditórios, um é exatamente tão verdadeiro quanto o outro [...]. Como não há juízo ou conhecimento verdadeiro, Pirro recomenda a suspensão do juízo, a *epokhé*. (HESSEN, 2003, p. 32).

⁵ Pirro nasceu na ilha jônica de Élis. Exposto à cultura asiática enquanto servia nas campanhas militares de Alexandre, o Grande, foi o primeiro filósofo conhecido a colocar a dúvida no centro do pensamento. Pirro tratou a suspensão de julgamento em relação às crenças como a única reação razoável à falibilidade dos sentidos e ao fato de que ambos os lados de qualquer argumento podem parecer igualmente válidos. Pirro não deixou textos, mas inspirou a escola cética na antiga filosofia grega, que desenvolveu a ideia de que a suspensão da crença leva a uma mente tranquila. (O LIVRO, 2016, p. 331).

Mas existe também o *ceticismo médio*, o qual admite a possibilidade de se chegar a uma opinião verossímil, que surge com o advento da filosofia moderna, no ceticismo de Montaigne⁶ (ceticismo ético); Hume⁷ (ceticismo metafísico) e com o pai da filosofia moderna, René Descartes⁸, que proclamou os direitos da dúvida metódica.

Convém, por fim, admitir que o cético não pode realizar nenhum ato de pensamento, pois tão logo estará entrando em contradição. “A aspiração ao conhecimento da verdade é. Do ponto de vista do ceticismo estrito, desprovida de sentido e de valor” (HESSEN, 2003, p. 34).

Por outro lado, para o subjetivismo e o relativismo, “a verdade certamente existe, mas é limitada em sua validade” (HESSEN, 2003, p. 36). Se, por um lado, o ceticismo negou a verdade que o dogmatismo tornou absoluto, por outro, o subjetivismo e o relativismo, se aproximam do ceticismo e propõem a não existência de verdades universais. Isto é, não existe verdade universalmente válida e apreendida por todos. “No fundo, subjetivismo e relativismo são ceticismo, pois também negam a verdade, não diretamente, mas indiretamente, na medida em que contestam sua validade universal” (HESSEN, 2003, p. 38)

O subjetivismo coloca o sujeito como referência para o conhecimento. É ele que determina e avalia o critério de valor dos juízos. O relativismo, contudo, não se limita aos elementos internos ao sujeito, mas leva em conta os fatores externos que interferem no conhecimento (a cultura, a história). A expressão máxima dessa corrente se encontra nos sofistas: “o homem é a medida de todas as coisas”.

Fundada por William James⁹, a tese geral do *Pragmatismo* diz que o homem é um ser prático, cheio de vontades, ativo e não um ser pensante teórico. Nesse intento, o pragmatismo

⁶ Michel Eyquem de Montaigne nasceu e cresceu no *château* da sua rica família, perto de Bordeaux. [...] A partir de 1557 Montaigne passou treze anos como membro do parlamento local, mas renunciou em 1571, ao herdar as propriedades da família. Publicou o primeiro volume dos *Ensaíos* em 1580, escrevendo mais dois volumes antes da morte, em 1592. (O LIVRO, 2016, p. 109).

⁷ David Hume nasceu em Edimburgo, Escócia, em 1711. Criança prodígio, Hume entrou na Universidade de Edimburgo aos doze anos. Mudou-se para La Flèche, França, após sofrer um colapso nervoso, onde escreveu *Tratado da natureza humana*, o compêndio de suas ideias filosóficas. Em 1763 foi nomeado embaixador da Escócia em Paris, o que lhe permitiu contatar Jean-Jacques Rousseau, responsável por torná-lo mais conhecido como filósofo. Hume morreu na sua cidade natal em 1776 (O LIVRO, 2016, p. 150).

⁸ René Descartes nasceu em 1596 em La Haye, na Touraine, na França. Foi educado no colégio jesuíta *La Flèche*. Quando concluiu seus estudos em *La Flèche*, estudou direito em Poitiers. Alistou-se, em 1616, no exército da Holanda. Anos mais tarde, mudou-se para Alemanha, em 1619, onde, também, alistou-se no exército católico do duque da Baviera. Em 1628, o filósofo se estabeleceu na Holanda, onde permaneceu até 1649 e onde, também, produziu grande parte das suas obras. Em 1649, foi convidado pela rainha Cristina para discutir e ensinar filosofia na Suécia. Devido ao clima sueco e ao ritmo intenso de trabalho, Descartes contraiu uma grave pneumonia, que ceifou sua vida em 1650. O filósofo francês é tido como o “Pai da Filosofia Moderna”, dada a sua proeminência na reflexão filosófica do século XVII, que marcou uma ruptura com o pensamento renascentista. (O LIVRO, 2016, p. 122).

⁹ Nascido em Nova York, William James foi criado numa família rica e intelectualizada: seu pai era um teólogo conhecido pela excentricidade e seu irmão, Henry, tornou-se um autor célebre. Na infância, viveu por vários

focaliza na teoria do conhecimento, a praticidade do pensamento humano. A verdade do conhecimento consiste na concordância do pensamento com os objetivos mais práticos da vida do homem. Hessen cita Nietzsche¹⁰ como um dos maiores defensores do Pragmatismo na Alemanha. Segundo ele, a filosofia tinha valor prático para a vida e assim a verdade não é um valor teórico, mas uma expressão para utilidade. Para o autor, o erro fundamental consiste em não enxergar a esfera lógica, que significa desprezar a autonomia do pensamento humano. Portanto, o êxito dessa corrente foi a vinculação entre pensamento e atenção à vida.

Por fim, para o autor, a corrente do *Criticismo* funciona como o meio termo entre pragmatismo e ceticismo. Segundo Kant, seu fundador, o dogmatismo “tem ‘uma confiança cega na capacidade da razão humana; o segundo [ceticismo] é ‘a desconfiança adquirida, sem crítica prévia, contra a razão pura’. O criticismo supera essas duas unilateralidades. ” (HESSEN, 2003, p. 43). Partindo, então, de Kant, Hessen afirma que o criticismo se comporta como “inquisidor”, ao mesmo tempo que reconhece a existência do conhecimento, questiona e avalia a veracidade dos seus juízos.

3 RAZÃO *VERSUS* EXPERIÊNCIA: A ORIGEM DO CONHECIMENTO

Após discutir a (im)possibilidade do conhecimento humano, convém refletir a sua origem. Ela pode ser entendida num duplo sentido: no sentido psicológico e no sentido lógico. “No primeiro caso, a questão tem o seguinte teor: psicologicamente, como se dá o conhecimento no sujeito pensante? ” (HESSEN, 2003, p. 47). Isso significa que um estudo acerca das estruturas físicas, biológicas e psíquicas do homem serão investigadas, a fim de se reconhecer os processos neurológicos que determinam o fato do conhecimento. Já o sentido lógico questiona: “em que se baseia a validade do conhecimento? Quais são seus fundamentos lógicos? ” (HESSEN, 2003, p. 48).

Quem enxerga no pensamento humano, na razão, o único fundamento do conhecimento, está convencido da independência e especificidade

anos na Europa, onde seguiu uma paixão pela pintura, mas, aos dezenove anos, abandonou-a pela ciência. [...], finalmente graduou-se em 1872, assumiu o cargo de professor de fisiologia na Universidade de Harvard. [...]. Foi contemplado com uma cadeira de professor de filosofia em Harvard, em 1880, e lecionou ali até se aposentar, em 1907.

¹⁰ Nietzsche nasceu em uma família religiosa. “Aos 24 anos tornou-se professor na Universidade de Basel, onde conheceu o compositor Richard Wagner, que o influenciou fortemente [...]. Em 1889, desmaiou na rua quando tentava impedir que um cavalo fosse chicoteado e sofreu alguma forma de colapso mental, do qual nunca se recuperou. Morreu em 1900, aos 56 anos.

psicológica do processo do pensamento. Por outro lado, quem fundamenta todo conhecimento na experiência negará independência, mesmo sob o aspecto psicológico, ao pensamento. (HESSEN, 2003, p. 48).

Ao que foi dito, verifica-se que a orientação do pensamento filosófico acerca do conhecimento humano assume um duplo sentido, o qual é diametralmente oposto: o racionalismo e o empirismo. É na tentativa de superar a dicotomia existe entre ambos que a Teoria do Conhecimento, encontra as respostas ao problema da origem do conhecimento (HESSEN, 2003, p. 48).

O racionalismo¹¹ se caracteriza pela “atitude de quem confia nos procedimentos da razão para a determinação de crenças ou de técnicas em determinado campo” (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

Hessen distingue o racionalismo em transcendente, teológico, imanente e lógico. O racionalismo transcendente é encontrado em Platão (428/27-347 a.C.)¹², especificamente na sua Teoria das Ideias, isto é, na afirmação de que todo conhecimento provém da reminiscência; o racionalismo teológico está presente em Plotino (205-270 d.C.)¹³ e Agostinho (354-430 d. C.)¹⁴, na Antiguidade Tardia; e, na Idade Moderna, em Malebranche

¹¹ “A palavra **racionalismo** deriva do latim *ratio* que significa ‘razão’, e é empregada em diversos sentidos. No contexto das teorias do conhecimento, racionalismo designa a doutrina que atribui exclusiva confiança à **razão humana** como instrumento capaz de conhecer a verdade. Como advertia um dos principais filósofos racionalistas, **René Descartes** (1596-1650), **não devemos nos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão** [...]. Esse preferência se deve principalmente à compreensão, pelos racionalistas, de que a experiência sensorial é uma fonte permanente de erros e confusões sobre a complexa realidade do mundo. Assim, para eles, somente a razão humana, trabalhando de acordo com os **princípios lógicos**, pode atingir o conhecimento verdadeiro, capaz de ser universalmente aceito. Para o racionalismo, os princípios lógicos fundamentais seriam **inatos**, isto é, já estariam na mente do ser humano desde o nascimento. Daí a razão ser concebida como a forma básica do conhecimento” (COTRIM; FERNANDES, 2013, p. 192).

¹² Natural de Atenas, Platão era filho de Aristo (descendente de Codro, rei fundador de Atenas) e Perictona (descendente de Sólon, legislador e reformador político de Atenas), isto é, era descendente de uma prestigiosa linhagem da aristocracia ateniense. Sua educação seguiu o método tradicional aristocrata: *ginásio* (formação do guerreiro belo), *música/poetas* (formação do guerreiro bom). Por certo tempo, o filósofo também frequentou os *sofistas*. Conheceu os jovens pitagóricos, pelos quais também conheceu o pensamento de Parmênides e aos quais atribuiu profunda importância e ligou-se afetivamente, a ponto de entalhar no pórtico de sua Academia a frase: “Aqui só entram os que amam a matemática”. Por volta dos 20 anos passou a frequentar o círculo de Sócrates, sendo por este profundamente e essencialmente influenciado (MESSIAS, 2019).

¹³ Plotino foi um dos principais filósofos de língua grega do mundo antigo. Seu professor, Amônio Sacas, era de tradição platônica. Os historiadores do século XIX, cunhando o termo “neoplatonismo”, aplicaram-no a ele e à sua filosofia, muito influente durante toda a antiguidade tardia (O LIVRO, 2016, p. 331).

¹⁴ Aurelius Augustinus nasceu em 13 de novembro de 354 d.C., em Tagaste, Numídia, África era filho de uma mulher devotada, Mônica, santa, e de um pagão convertido no leito de morte, Patrício. Antes de sua conversão, Agostinho estava voltado para uma prática mundana. Vivia numa grande crise intelectual (Maniqueísmo x Platonismo) e existencial (envolvimento com uma mulher impedida de matrimônio). Sua conversão se deu através de uma experiência mediada por Santo Ambrósio. Foi batizado na Páscoa de 387 d.C. Em 391, tornou-se coadjutor do bispo Valério, de Hipona, residindo nesta igreja particular cerca de 40 anos, dividindo-se entre os trabalhos de cunho pastoral e a produção filosófica. Agostinho morreu em 23 de agosto de 430, depois que os vândalos invadiram Hipona (O LIVRO, 2016, p. 73).

(1638-1715)¹⁵. O primeiro via o conhecimento como uma emanção do *noûs*, ao passo que o segundo acreditava que o conhecimento provinha de uma iluminação divina. Já Malebranche propôs que não é Deus ou o *noûs* que infunde o conhecimento na razão humana, mas é o homem que, na intuição do absoluto, é capaz de conhecer; o racionalismo imanente pertence a Descartes (1596-1650) e Leibniz (1646-1716)¹⁶. Esse racionalismo “é a doutrina das ideias conatas ou inatas [...]. Segundo ela, há em nós um certo número de conceitos inatos, conceitos que são, na verdade, os mais importantes, fundamentadores do conhecimento” (HESSEN, 2003, p. 52); finalmente, o racionalismo lógico surge no século XIX. Ele se caracteriza pela tentativa de fundamentar, rigorosamente, a validade lógica do conhecimento.

O empirismo, por outro lado, representa um movimento filosófico que compreende a experiência como critério ou norma da verdade. Por *experiência*, portanto, deve-se entender a possibilidade de se repetir situações a fim de se verificar a sua plausibilidade. O recurso à experiência é um dado característico do Empirismo, que reconhece nela um cânone da validade do conhecimento. Além disso, pertencem à *ecceidade* do Empirismo tanto a “negação do caráter absoluto da verdade ou, ao menos, da verdade acessível ao homem” quanto o “reconhecimento de que toda verdade pode e deve ser posta à prova, logo eventualmente modificada, corrigida ou abandonada” (ABBAGNANO, 2012, p. 377-378).

O empirismo pode ser, em certa medida, encontrado desde a Antiguidade: “primeiro nos sofistas e, depois, nos estoicos e epicuristas” (HESSEN, 2003, p. 56). É, contudo, na Modernidade que o empirismo chegará ao seu desenvolvimento sistemático.

Seu verdadeiro fundador é *John Locke* (1632-1704). Ele combate com toda firmeza a doutrina das ideias inatas [de Descartes]. A alma é um “papel em branco” que a experiência vai aos poucos cobrindo com marcas escritas. Há uma experiência externa (sensação) e outra interna (reflexão). (HESSEN, 2003, p. 56).

¹⁵ Nicolas Malebranche foi um filósofo racionalista e padre francês. Em suas obras, procurou sintetizar o pensamento de Agostinho de Hipona e René Descartes, a fim de demonstrar o papel ativo de Deus em todos os aspectos do mundo.

¹⁶ Gottfried Wilhelm Leibniz nasceu em Leipzig, Alemanha, em 01 de julho de 1646. Sua família, de ascendência eslava, pertencia à elite intelectual da cidade, pois o avô e o pai do filósofo eram professores universitários. Sendo assim, desde muito cedo, Leibniz pode ter acesso às mais variadas obras disponíveis na biblioteca de sua família. Em Leipzig, ele cursou filosofia. Mais tarde, em Jena, estudou matemática e, posteriormente, obteve o título de jurisprudente em Altdorf (REALE; ANTISERI, 2003, p. 37). O filósofo morreu em 14 de novembro de 1716 na solidão. Diz-se que seu funeral foi assistido somente pelo seu secretário e que de todas as academias somente a da França reconheceu os seus méritos. (REALE; ANTISERI, 2003, p. 38).

David Hume (1711-1776) é responsável por dar continuidade à reflexão empirista de Locke.

Ele divide as ‘ideias’ de Locke em impressões e ideias. Por impressões entende as percepções nítidas que temos quando estamos vendo, ouvindo, tocando algo, etc. [...]. Por ideias, entende as representações menos nítidas [...] que surgem em nós com base nas impressões (HESSEN, 2003, p. 57).

Outros dois autores que se destacam no Empirismo são Condillac (1715-1780)¹⁷ e John Stuart Mill (1806-1873)¹⁸. O primeiro “afirma que só há uma fonte de conhecimento – a sensação. [...] O pensamento não passa de uma sensação refinada” (HESSEN, 2003, p. 58); Mill, por outro lado, “atribui também o conhecimento matemático à experiência, como fonte única do conhecimento” (HESSEN, 2003, p. 58), indo mais longe que Locke e Hume.

Face às oposições existentes entre o Racionalismo e o Empirismo, três tentativas de mediação podem, aqui, ser destacadas: o intelectualismo, o apriorismo e o posicionamento crítico. O intelectualismo considera que tanto a razão como os sentidos são elementos indispensáveis para a formação do conhecimento. Como o racionalismo, o intelectualismo considera que o homem dispõe de juízos necessários ao pensamento e de caráter universal. Mas, enquanto o racionalismo defende o inatismo ou o apriorismo desses juízos, o intelectualismo deriva esses elementos da experiência sensível. “Assim, experiência e pensamento constituem o fundamento do conhecimento humano” (HESSEN, 2003, p. 59-61). Podem ser destacados, nesse movimento, tanto Aristóteles¹⁹ como Tomás de Aquino²⁰.

O apriorismo “também considera tanto a experiência como o pensamento como fontes do conhecimento. [Mas] Segundo o *apriorismo*, nosso conhecimento apresenta, como o próprio nome dessa tendência já diz, elementos que são *a priori*, independentes da

¹⁷ Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), foi um filósofo francês que desenvolveu, na teoria do conhecimento, um conceito empirista denominado de “sensualismo”. “Para ele, entendermos o complexo sistema de conhecimento exige que estudemos nossos sentidos de forma separada. Somente dessa forma vamos conseguir perceber quais sentidos originam quais ideias. É preciso ainda analisar a forma como exercitamos cada um de nossos sentidos e como cada um deles ajuda, assessora e socorre os outros” (MARCONATTO, 2008).

¹⁸ John Stuart Mill nasceu em Londres 1806. Seu pai foi o filósofo pioneiro no movimento intitulado “filosofia radical”, James Mill. A educação de Stuart Mill se deu em casa, pelo seu próprio pai, que o instruiu, por exemplo, no estudo da língua grega aos três anos de idade. Dada a intensidade de sua vida acadêmica, aos vinte anos sofreu um colapso nervoso. Mill atuou como membro do parlamento britânico, destacando-se por defender o direito das mulheres. Ele morreu em 1873, na França, vítima de erisipela (O LIVRO, 2016, p. 191).

¹⁹ Aristóteles (384-322 a. C.) foi discípulo de Platão por quase 20 anos. Com a morte de seu mestre, o Estagirita deixa a Academia e torna-se tutor de Alexandre, o Magno. Em 335 a.C., Aristóteles funda a sua própria escola: o Liceu. Ele representa, juntamente com Sócrates e Platão, a elite da filosofia grega (O LIVRO, 2016, p. 63).

²⁰ Tomás de Aquino nasceu em Roccasecca, Itália, em 1225. Profundamente influenciado por Aristóteles, por vezes, de modo equivocado, é chamado de “comentador” daquele filósofo grego. O pensamento de São Tomás, todavia, acrescenta conteúdos inéditos ao aristotelismo clássico. Portanto, a filosofia tomásica é genuína. O Aquinate pertenceu à Ordem dos Frades Pregadores (Dominicanos). Morreu aos 49 anos, em 1274 (O LIVRO, 2016, p. 90).

experiência” (HESSEN, 2003, p. 62). Mas, diferentemente do racionalismo, o apriorismo entende que esses conteúdos apriorísticos da inteligência não são conceitos completos, mas formas do conhecimento, cujo conteúdo se dá, justamente, pela experiência. “O princípio que governa o apriorismo diz o seguinte: ‘conceitos sem intuições são vazios; intuições sem conceitos são cegas’” (HESSEN, 2003, p. 62). O fundador do apriorismo é ninguém menos que Immanuel Kant²¹.

O posicionamento crítico, por sua vez, consiste na separação do problema do conhecimento em duas dimensões: a lógica e a psicológica. Ele é, na maioria das vezes, se vale da psicologia para entender o fenômeno do entendimento humano (HESSEN, 2003, p. 64).

4 DO COGNOSCENTE AO COGNOSCÍVEL: A ESSÊNCIA DO CONHECIMENTO

Hessen observa que o verdadeiro problema do conhecimento coincide com questão sobre a relação entre sujeito e objeto. “Pode-se responder a essa questão sem estabelecer o caráter ontológico do sujeito e do objeto. Nesse caso, estaremos diante de uma solução pré-metafísica do problema” (HESSEN, 2003, p. 69). Assim, para descobrir a essência do conhecimento, o autor parte de três princípios de compreensão da realidade, que ele apresenta como *soluções pré-metafísicas*, *soluções metafísicas* e *soluções teológicas*.

No tocante às soluções pré-metafísicas, em primeiro lugar está o objetivismo. Platão foi o primeiro a defendê-lo. Nessa relação, o sujeito é passivo, e a realidade do objeto é um dado para a consciência do homem. O autor observa que “[...] O que Platão chama de ideia,

²¹ Immanuel Kant (1724-1804) nasceu em Königsberg, cidade da Prússia Oriental, hoje chamada Kaliningrado. A educação familiar do filósofo, ministrada religiosamente por sua mãe, Regina Reuter, se deu sobre princípios de um protestantismo radical: o pietismo. Quando criança, Kant foi matriculado no *Collegium Fridericianum*, onde aprendeu bem o latim, sem ter, no entanto, contato com as grandes obras da filosofia clássica. Em 1740, ingressou na universidade de sua cidade natal onde permaneceu até 1747. Entre 1747 e 1754, trabalhou como preceptor, dada uma grande crise financeira que sobre ele se abateu. Nesse período, muito difícil, por sinal, o filósofo continuou seus estudos particularmente, atualizando-se e lendo tudo o que naquele contexto se produzia. Em 1755, conseguiu o doutorado, com a dissertação *De igne*, e a docência universitária, com a tese *Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova delucidatio*. Em 1770, Kant obteve o título de professor efetivo, com a dissertação *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*. Entre 1770 e 1781, o sistema kantiano foi desenvolvido com grande fatura, com a produção da primeira *Crítica da Razão Pura* (1781), que foi seguida pelas outras duas: *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica dos juízos* (1790). A riquíssima produção de Kant divide-se em um grupo dos “escritos pré-críticos”, que terminam com a dissertação de 1770 (*De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*), e o grupo dos “escritos críticos”, iniciado com a publicação da *Crítica da Razão Pura*, em 1781, e concluído com a obra *Sobre a Pedagogia*, de 1803 (REALE; ANTISERI, 2004, p. 347-351).

Husserl²² chama de essência ou de essencialidade. Da mesma forma que, em Platão, as ideias apontam para um mundo subsistente em si mesmo, em Husserl as essencialidades ou quiddidades formam uma esfera própria, um reino autônomo” (HENSEN, 2003, p. 71). Portanto, para o objetivismo, os objetos são dados, apresentando uma estrutura definida que será assimilada pela consciência do cognoscente. Platão foi quem deu a primeira formulação do objetivismo e coube a Husserl a tarefa de reavivar o pensamento platônico na contemporaneidade.

Em segundo lugar está o subjetivismo, que, diferentemente do objetivismo, coloca o sujeito como referência do conhecimento. Este sujeito “não é um sujeito metafísico, mas puramente lógico. Ele é caracterizado, conforme já vimos, como ‘consciência em geral’” (HENSEN, 2003, p. 73). Assim, o subjetivismo desloca o mundo das Ideias de Platão para o sujeito. Existe agora um sujeito supremo e o conhecimento já não mais consiste numa focalização do mundo objetivo. Agostinho é o primeiro a fazer essa inversão e, com ele, o subjetivismo chega a uma síntese com o realismo, apresentando ser, o subjetivismo, uma solução pré-metafísica do problema.

A primeira solução metafísica do problema é o realismo. “Por realismo entendemos o ponto de vista epistemológico segundo o qual existem coisas reais, independentes da consciência” (HENSEN, 2003, p. 53). Hensen fala de três tipos de realismo: o realismo ingênuo, que as coisas são exatamente como percebemos e é aquele que não faz nenhuma reflexão epistemológica; o realismo natural, que “está condicionado por reflexões críticas e epistêmicas” (HENSEN, 2003, p. 74) e por isso, é inadmissível o sangue não ser vermelho e o açúcar não ser doce, por exemplo; e o realismo crítico, que recebe este nome por apoiar-se em reflexões crítico-epistêmicas. Segundo o realismo crítico, “as propriedades ou qualidades da coisa apreendidas por nós apenas por meio de um sentido [...] existem apenas e tão-somente em nossa consciência” (HENSEN, 2003, p. 74). O autor conclui afirmando, portanto, que apesar dessas tantas variações de realismos, a tese central permanece a mesma: “há objetos reais, independentes da consciência. Só poderemos decidir sobre o que é correto e incorreto nessa tese na medida em que apresentarmos a antítese do realismo” (HENSEN, 2003, p. 80), isto é, o idealismo.

²²Husserl nasceu em 1859 na Morávia, então parte do império austríaco. Começou sua carreira estudando matemática e astronomia, mas, após terminar o doutorado em matemática, decidiu se dedicar à filosofia. [...], aceitou o cargo de professor associado na Universidade de Gotinga, antes de se tornar, em 1916, professor de filosofia de Freiburg, onde Martin Heidegger foi seu aluno. Em 1933, a universidade exonerou Husserl por sua ascendência judaica – decisão na qual Heidegger esteve implicado. Husserl continuou a escrever até a morte em 1938. (O LIVRO, 2016, p. 225).

O idealismo epistemológico parte da ideia de que não há objetos reais independentes da consciência. O autor diferencia os idealismos subjetivo ou psicológico do idealismo lógico ou objetivo. Para o primeiro idealismo, encabeçado por Berkeley²³, o ser das coisas consiste em serem percebidas pelo sujeito. Diferente do idealismo objetivo que toma como ponto de partida a consciência objetiva da ciência, tal como expressada nas obras científicas. Assim,

Para o realista, o giz existe exteriormente à minha consciência e independentemente dela. Para o idealismo subjetivo, o giz existe apenas em minha consciência. Todo o seu ser consiste em ser percebido por mim. Para o idealista lógico, o giz está nem em mim nem fora de mim; ele não está disponível de antemão, mas deve ser construído. Isso acontece por meio de meu pensamento. [...]. Para o idealista lógico, [...] o giz é [...] um conceito. (HENSEN, p. 60)

Por fim têm-se o fenomenalismo que é a teoria na qual o homem não conhece as coisas como são, mas como aparece. Existem coisas reais, mas elas não são captadas na sua essência. “O fenomenalismo, portanto, acompanha o realismo na suposição de coisas reais, mas acompanha o idealismo na limitação do conhecimento à realidade dada na consciência, ao mundo das aparências, do que resulta a incognoscibilidade das coisas” (HENSEN, 2003, p. 86).

Para Hansen, realismo e idealismo não se anulam. O perigo do idealismo, porém, é prender o homem num mundo inteiramente intelectual, enquanto que o realismo pode colocar o homem somente no plano da epistemologia, lhe negando a dimensão espiritual.

Ainda nesta perspectiva, agora recorrendo ao princípio último da realidade, Hessen apresenta duas soluções teológicas do problema. Em linhas gerais, a solução monista-panteísta do problema, que considera Spinoza²⁴ como o pai. Segundo essa corrente, sujeito e objeto, pensamento e ser, consciência e objeto são apenas aparentemente uma dualidade, mas na verdade são uma unidade. É através da ideia de substância que provêm toda a realidade. A

²³ George Berkeley nasceu e foi criado no castelo Dysart, perto da cidade de Kilkenny, Irlanda. [...]. Em 1714, tendo escrito todas as suas principais obras filosóficas, deixou a Irlanda para viajar pela Europa, passando a maior parte do tempo em Londres. (O LIVRO, 2016, p. 139). Foi bispo anglicano e, juntamente, com sua esposa Anne Foster, tentou levantar fundos para um seminário nas Bermudas, fato que não se concretizou.

²⁴ Spinoza (em português, *Espinosa*) nasceu em 1632 na capital holandesa Amsterdã. Sua família, por ser de origem judaica, fugiu de Portugal para os Países Baixos a fim de escapar das perseguições da Santa Inquisição. Aprendendo, desde cedo, muito bem o hebraico, teve sua formação intelectual sob influência da Bíblia cristã, com ênfase no Antigo Testamento, e do Talmude, bem como do pensamento filosófico da antiguidade tardia, da escolástica judaico-medieval (especialmente Maimônides e Avicbrón), do pensamento renascentista, da nova ciência e da escolástica decadente (séculos XVI e XVII). Uma data importante para a vida de Spinoza é sua excomunhão da comunidade judaica em 1656 por causa de seu pensamento e suas considerações acerca da religião e de Deus. Depois de ser excomungado, Spinoza abandonou Amsterdã e passou por várias cidades, até mudar-se, finalmente, para Haia, onde morreu de Tuberculose, em 1677, aos 44 anos. (ROVIGHI, 2006, p. 176).

outra solução é a dualista-teísta que sustenta a diferença entre pensamento e ser, sujeito e objeto. Todos esses conceitos, segundo essa corrente, descendem de um princípio comum que é a divindade. Como criador do universo, Deus coordena os modos real e ideal, com vistas à uma harmonização entre pensamento e ser.

5 O(S) TIPO(S) DE CONHECIMENTO(S): A INTUIÇÃO E O INTUICIONISMO

Sabe-se que “conhecer significa apreender espiritualmente um objeto” (HESSEN, 2003, p. 97). Essa apreensão, toda via, não se dá simplesmente, mas constitui-se de uma série de atos mentais. “A consciência cognoscente deve, por assim dizer, rondar seu objeto a fim de realmente apreendê-lo. Ela relaciona seu objeto a outros, compara-o com outros, tira conclusões e assim por diante” (HESSEN, 2003, p. 97). Esse conhecimento é sempre *mediato* e, por esse motivo, discursivo, posto que a consciência “move-se, de fato, para lá e para cá”, isto é, na direção do sujeito para o objeto e do objeto para o sujeito. Contudo, face a essa constatação, questiona-se a possibilidade de “além do conhecimento mediato, [haver] um imediato; se, além do discursivo²⁵, há um intuitivo²⁶” (HESSEN, 2003, p. 97).

Por conhecimento intuitivo, Johannes Hessen compreende a apreensão imediata do objeto pelo sujeito. “Não há dúvida de que existe esse conhecimento. Tudo que nos é dado na experiência externa ou interna é imediatamente apreendido por nós” (HESSEN, 2003, p. 97). Todavia, algumas vezes se atribui à “intuição” e ao “conhecimento intuitivo” somente a visão espiritual, que é, em última instância, uma “intuição formal”. Em contrapartida, há uma intuição material, que concerne, propriamente, ao “conhecimento de um dado provindo de conteúdo, de um objeto ou fato suprassensível” (HESSEN, 2003, p. 98).

Essa distinção entre intuição formal e intuição material “está fundamentada na *estrutura psíquica do homem*” (HESSEN, 2003, p. 98), a saber, pensamento, sensação e vontade. Há, porém, no objeto, três elementos estruturais: “o ser-assim (*essentia*), o ser-aí (*existentia*) e o ter-valor” (HESSEN, 2003, p. 98). Por esse motivo, é permitido “falar numa

²⁵ Segundo Abbagnano (2012, p. 339), o conhecimento discursivo “corresponde ao sentido da palavra grega *dianóia* [διάνοια] porque designa o procedimento racional que avança inferindo conclusões de premissas, ou seja, através de enunciados negativos ou afirmativos”.

²⁶ O conhecimento intuitivo, por outro lado, é aquele que estabelece uma “relação direta (sem intermediários) com um objeto qualquer; por isso, implica a presença efetiva do objeto. [...] Nesse sentido, a I. [intuição] é uma forma de conhecimento superior e privilegiado, pois para ela, assim como para a visão sensível em que se molda, o objeto está imediatamente presente” (ABBAGNANO, 2012, p.670).

*intuição do ser-*assim*, do ser-*aí* e do valor*. A primeira coincide com a intuição racional, a segunda com a volitiva, a terceira com a emocional” (HESSEN, 2003, p. 99).

Reconhecer ou não a validade de um conhecimento intuitivo ao lado do racional e discursivo é algo que depende sobretudo de como se pensa a respeito da essência do homem. Quem vê o homem como um ser exclusiva ou preponderantemente teórico, cuja função é pensar, também irá reconhecer apenas o conhecimento racional como válido. Quem descola o centro de gravidade do ser humano mais para o lado do sentimento e da vontade, estará inclinado de antemão a reconhecer, ao lado do tipo racional-discursivo de conhecimento, um outro tipo de apreensão do objeto. (HESSEN, 2003, p. 109).

Já em Platão é possível contemplar aquilo que, posteriormente, se desenvolveria, com maior precisão e rigor conceitual, como “intuição”. Para o filósofo, as ideias apreendidas pela razão são vistas e percebidas espiritualmente; Plotino, que deu novas interpretações ao platonismo, acreditava que era possível, além das ideias, acessar intuitivamente, o Uno, isto é, o mais elevado princípio da realidade; Agostinho, cuja orientação filosófica estava voltada para o neoplatonismo, acrescentando ao seu pensamento a inspiração cristã, une à intuição intelectual a sensibilidade da emoção. Assim, para ele, pela experiência religiosa é possível acessar o conhecimento de Deus; no Medievo, o problema da intuição se dá no entrecruzamento do agostinismo e do aristotelismo.

Aos defensores do agostinismo, com *Boaventura*²⁷ à frente, contrapõem-se os representantes do aristotelismo, liderados por *Tomás de Aquino*. Aqueles proclamam uma visão imediata, mística de Deus, ao passo que estes reconhecem apenas um conhecimento de Deus mediato, racional-discursivo. Para aqueles, Deus pode ser imediatamente vivenciado, experienciado, visto espiritualmente; para estes, ele deve ser provado. (HESSEN, 2003, p. 101).

Na Idade Moderna, por sua vez, o tema da intuição retorna sob o *cogito* cartesiano, assim como em Pascal²⁸, que “põe ao lado do conhecimento intelectual um conhecimento do

²⁷ “São Boaventura O.F.M. (1221 - 1274) foi um filósofo e teólogo escolástico medieval nascido do século XIII. Pertenceu à Ordem dos Frades Menores e foi cardeal de Albano. Boaventura foi ainda canonizado em 1482 e declarado Doutor da Igreja em 1588 com o título de Doutor Seráfico (Doctor Seraphicus). [...] Boaventura ataca a doutrina dos averroístas, uma corrente teológica inspirada em Aristóteles e Averróes, afirmando que o erro destes pensadores está em usar a razão para julgar as verdades da fé. A obra de Boaventura exerceu muita influência teológica e filosófica entre os franciscanos do século XIII até a época de João Duns Escoto (1266-1308). No século XVI, a obra de Boaventura foi alvo de um renovado interesse, particularmente pela Ordem dos Capuchinhos” (SÃO BOAVENTURA, s.d.).

²⁸ Pascal nasceu em Clermont-Ferrand, na França, em 1623. Filho de um funcionário do governo que se interessava muito pela ciência e matemática, o filósofo foi educado em casa pelo seu genitor (ROVIGHI, 2006, p. 148). Quando o filósofo tinha apenas 18 anos, ele “inventou aquela máquina aritmética com a qual se fazem todas as espécies de operações [...]” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 170). Depois da morte de seu pai, Pascal foi

coração, ao lado do conhecimento racional, um conhecimento emocional” (HESSEN, 2003, p. 102). É famoso seu adágio: *Le coeur a ses raisons que la raison de nonnaît pas*, isto é, “O coração tem razões que a própria razão desconhece”.

O pensamento contemporâneo, por outro lado, aborda o problema da intuição sob variadas perspectivas. O ponto nevrálgico da discussão reside, em última instância, na relação que se estabelece entre o conhecimento intuitivo e a religião.

O intelectualismo religioso também defronta-se com que a certeza do homem religioso com relação a Deus é de um *tipo completamente diferente* daquela ao qual pertence a certeza nascida de complexas inferências metafísicas. Se a crença de Deus estivesse baseada em tais fundamentos, não possuiria a absoluta inquebrantabilidade que, no homem religioso, de fato possui. Ninguém se deixou até hoje torturar por uma hipótese metafísica; por outro lado, milhões de homens, tanto dentro quanto fora da cristandade, já deixaram sua última gota de sangue escorrer na areia por sua fé em Deus. Para qualquer pessoa imparcial, esse fato fala uma linguagem bastante clara. (HESSEN, 2003, p. 117).

6 A VERDADE COMO (IM)POSSIBILIDADE

Segundo Hensen (2003, p. 119), “falta ainda investigar uma última questão: a questão sobre o critério da verdade. Não basta que nosso juízo seja verdadeiro. Devemos também alcançar a certeza de que ele é verdadeiro”. É por isso que o critério da verdade é o limiar por onde anda a teoria do conhecimento. Mas, para isso, é preciso apresentar qual é o conceito de verdade.

O conceito de verdade está relacionado à relação entre o pensamento e o objeto. Se aquilo que o sujeito pensa tem relação com a coisa pensada, essa é a verdade aplicada. A verdade é, portanto, a concordância do pensamento com a coisa (verdade transcendente) e consigo mesmo (conceito de verdade imanente).

atacado por várias doenças acarretadas pelo seu intenso exercício intelectual. Para “aliviar suas tensões”, o filósofo experimentou uma vida “mundana” (ROVIGHI, 2006, p. 149). Diz-se que aquele “foi o tempo mais mal aplicado de sua vida”. Nesse período, “o contato com Guillebert, pároco de Ronville, que [...] era jansenista, determinou aquela que se costuma chamar a *primeira conversão* de Pascal. [...] a partir daquele momento [Pascal] decidiu [...] renunciar às satisfações mundanas e dedicar-se totalmente à busca de Deus” (ROVIGHI, 2006, p. 149). Na esteira desse itinerário, Pascal experimentou a sua *segunda conversão*, em 1654, quando decidiu abandonar de vez as coisas do mundo. Influenciado por sua irmã Jacqueline, que se tornou freira em Port-Royal, Pascal passou a dedicar toda a sua vida à oração, à leitura da Bíblia, à mortificação (ROVIGHI, 2006, p. 150). Pascal morreu de tumor abdominal. Antes de morrer [em 1662], porém, quis confessar-se e comungar. (REALE; ANTISERI, 2005, p. 173).

Já falamos muitas vezes sobre o conceito de verdade. Quando descrevemos o fenômeno do conhecimento, constatamos que, para a consciência natural, a verdade do conhecimento consiste na concordância na concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. Chamamos essa concepção de conceito transcendente de verdade. Mas ela se contrapõe a uma outra, que chamamos de conceito imanente de verdade, segundo a qual a essência da verdade não reside numa relação do conteúdo do pensamento com algo contraposto, transcendente, mas sim no interior do próprio pensamento. A verdade é a concordância do pensamento consigo mesmo. (HESSEN, 2003, p. 119).

Sendo assim, o conceito de verdade se aplica nessas duas circunstâncias: ora ela se refere ao conteúdo pensado com o objeto, ora ela se relaciona com o pensamento mesmo. Portanto, dentro dessa concepção, o conceito da verdade não se resume apenas ao objeto, mas à compreensão do próprio pensamento do indivíduo.

Por fim, Hessen se depara com o critério da verdade. Segundo o pensamento do autor, um dos elementos que discernem no critério da verdade é a ausência de contradição entre ser e pensamento, ou seja, não pode haver disparidades entre os juízos que são emitidos sobre as realidades objetivas. “A ausência de contradição é, de fato, um critério de verdade, mas não universal, [...], ele vale apenas para um certo tipo de conhecimento [...]: o campo das ciências formais ou ideais” (HESSEN, 2003, p. 123-124). Esse é o clássico conceito de verdade advindo do início da História da Filosofia²⁹.

Todavia, para Hessen, esse critério não é válido ao se tratar de objetos reais ou reais para a consciência. Para resolver esta questão, é necessário recorrer a outros critérios porque o critério tradicional (adequação do pensamento a coisa pensada³⁰) é levado em consideração com objetos ideais.

Hessen propõe que os dados da consciência se detenham no homem. Exemplificando: o ser humano possui uma certeza imediata do preto que vê ou da dor que sente, isto consiste na presença ou realidade imediata de um objeto. Nesse sentido, são verdadeiros todos os juízos que assentam em uma presença ou realidade imediata do objeto pensado.

²⁹ Vale, aqui, recordar o clássico conceito aristotélico de verdade: “Porque é verdadeiro dizer daquilo que é: “é” e daquilo que não é: “não é”; como é falso dizer daquilo que não é: “é” e daquilo que é: “não é”.

³⁰ O conceito de verdade como *adaequatio rei et intellectus* está presente em Tomás de Aquino. Para o Aquinate, o ente é a coisa que o intelecto concebe como sendo aquilo que há de mais evidente, e ao qual todos os seus conceitos se reduzem. Ora, os conceitos do intelecto são obtidos por acréscimo do ente, e não *ao* ente, pois a ele nada se acrescenta de estranho. Tem-se, pois, que o ente é o ser enquanto coisa; o uno, o ente indiviso; o bem, o ajustamento do ente e do apetite, pois a alma tem a sua dimensão cognitiva e apetitiva; e o verdadeiro corresponde à conveniência do ente ao intelecto. Assim, o verdadeiro é, numa segunda definição, a adequação da coisa e do intelecto. O verdadeiro é, portanto, declarativo e manifestativo do ser, pois ele é aquilo pelo qual se mostra o que é (TOMÁS DE AQUINO, 2011, p. 340-347).

Por fim, Hessen ainda fala sobre a evidência, isto é, se o critério da evidência imediata é válido, não só para os conteúdos perceptivos, mas também para os conteúdos do pensamento. Essa questão equivale à de se além da evidência do pensamento conceptual, pode-se ver nela um critério de verdade.

Muitas epistemologias respondem positivamente a essa questão, sustentando que a evidência é um critério de verdade na esfera teórica. A evidência não é, para eles, algo irracional, mas sim intelectual e racional. Essa evidência apresenta-se como lógica ou objetiva, em dicotomia com a evidencia psicológica; porém, essa distinção não conduz à finalidade a que se presta, pois os filósofos que a fazem não podem distinguir, dentro da evidência verdadeira e falsa, real e aparente, autêntica e apócrifa, ou seja, fato sem autenticidade. Mas isso é um abandono da evidência como próprio e último critério da verdade, pois agora necessita-se de outro critério que diga aquilo que se trata de uma evidência verdadeira e autêntica e aquilo que se trata de uma evidência meramente aparente e falsa.

7 CONCLUSÃO

O fenômeno do conhecimento permanece uma incógnita na história do pensamento filosófico. De Sócrates, Platão e Aristóteles, passando por Agostinho, Boaventura e Tomás, até alcançar Descartes, Kant e Hegel, a Gnosiologia, ou Teoria do Conhecimento, representa importante instrumento crítico e conceitual, onde é possível se questionar desde o que se conhece até os modos de se conhecer.

As mais variadas respostas a esse problema, na história da Filosofia, expressam a riqueza e a inesgotabilidade do tema, o qual com elegância, sistematicidade e valor foi tratado pelo filósofo Johannes Hessen. Aqui intentamos, a título de síntese, resumir os principais conceitos trabalhados no livro, a partir dos cinco problemas fundamentais da gnosiologia. Em suma, a obra *Teoria do Conhecimento* é um manual de muita qualidade acadêmica para o curso e a pesquisa em Teoria do Conhecimento. Sua linguagem clara e acessível permite até aos menos aprofundados nas temáticas filosóficas uma experiência rica e interessante com o problema do conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna **Fundamentos de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 192.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JOHANNES Hessen: Filósofo e presbítero. Disponível em: <<http://www.lobberich.de/lobberich/leute/johannes-hessen/start-rechts.htm>>. Acesso em 15 de nov. 2020.
- MARCONATTO, Arildo Luiz. **Étienne Bonnot de Condillac**. Disponível em : <http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=87>. Acesso em 16 de nov. 2020.
- MESSIAS, Elvis Rezende. **Tópicos de História da Filosofia Antiga**: Apontamentos de Aula. Texto inédito. 2019.
- O LIVRO da Filosofia. Tradução de Douglas Kim. São Paulo: Globo Livros, 2016.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia III**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **História da Filosofia IV**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.
- ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da Filosofia Moderna**: da revolução científica a Hegel. Tradução de Marcos Bagno. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- SÃO BOAVENTURA. Disponível em: <[http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/galeria_detalle.php?foto=56&evento=6#:~:text=S%C3%A3o%20Boaventura%20O.F.M.%20\(1221%20%2D%201274,Doutor%20Ser%C3%A1fico%20\(Doctor%20Seraphicus\).>](http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/galeria_detalle.php?foto=56&evento=6#:~:text=S%C3%A3o%20Boaventura%20O.F.M.%20(1221%20%2D%201274,Doutor%20Ser%C3%A1fico%20(Doctor%20Seraphicus).>)>. Acesso em 17 de nov. 2020.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Verdade e conhecimento**. Tradução de Luiz Jean Lauand; Mário Bruno Sproviero. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes: 2011.